

EDITORIAL

Dossiê – Eleições municipais das ruas às redes: Partidos, comunicação e estratégias de campanha

Mateus da Cunha Santos¹

Mércia Kaline Freitas Alves²

Rafael Rocha Alves da Silva³

Prezadas leitoras e prezados leitores,

As eleições municipais ocupam um lugar singular na vida democrática. São o espaço onde o poder político se aproxima do cotidiano e onde as desigualdades sociais e territoriais se traduzem em escolhas concretas. Ao mesmo tempo em que expressam a pluralidade da sociedade brasileira, elas revelam as assimetrias de representação e os limites de inclusão que atravessam as instituições. É nesse nível da política que se observa, de forma mais nítida, a relação entre estrutura e agência: as regras que definem a competição eleitoral convivem com estratégias criativas de atores que buscam reconhecimento, visibilidade e legitimidade.

Nos últimos anos, a política local passou por transformações profundas. As novas tecnologias e as plataformas digitais reconfiguraram o modo de fazer campanha, alterando os fluxos de comunicação entre candidatos e eleitores. As fronteiras entre público e privado tornaram-se mais porosas, e as redes sociais converteram-se em arenas de disputa simbólica, emocional e informacional. A política passou a ser mediada por algoritmos, métricas e imagens, em um ambiente de vigilância e performatividade permanente. Esse processo, embora amplie as possibilidades de engajamento, também reforça desigualdades: os recursos econômicos, a infraestrutura digital e a capacidade

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestre e Graduado em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: mateuscunha@ufpr.br

² Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora do CEBRAP - Núcleo de Direito e Democracia e estudante de Ciência de Dados (UTFPR). E-mail: merciaallves@gmail.com

³ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduado em Jornalismo pelo Centro Universitário Estácio do Ceará. E-mail: rafaelrocha1@ufpr.br

de gestão de dados determinam quem pode participar com visibilidade e quem permanece invisível.

Paralelamente, as eleições municipais revelam a persistência de velhas estruturas. As candidaturas continuam concentradas entre homens brancos, e as barreiras à entrada de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTI+ ainda são visíveis. O sistema político brasileiro, mesmo após avanços institucionais, mantém dinâmicas seletivas que limitam a pluralidade e dificultam a renovação democrática. A distribuição desigual de recursos partidários e o peso das elites locais produzem um padrão recorrente de exclusão, que se manifesta tanto na composição das chapas quanto na estrutura das campanhas.

O dossiê **Eleições municipais das ruas às redes**: Partidos, comunicação e estratégias de campanha, nasce da necessidade de compreender como essas forças – antigas e novas – se articulam no cenário recente. As eleições de 2024 foram marcadas por um paradoxo: de um lado, a digitalização e a profissionalização das campanhas; de outro, a permanência das assimetrias históricas de poder e representação. A política se tornou mais visível, mas não necessariamente mais inclusiva. O avanço tecnológico conviveu com a reprodução da desigualdade. A promessa de modernização eleitoral revelou, mais uma vez, a fragilidade das estruturas democráticas locais. Assim, o conjunto de artigos reunidos neste número busca responder a essas tensões, examinando o papel das plataformas digitais, os padrões de engajamento eleitoral, a sub-representação de grupos sociais e as novas estratégias de comunicação política.

O artigo “**Algoritmos do Ódio: Radicalização Política, Afetos Digitais e a Nova Propaganda Eleitoral**”, de **Tiago Negrão Andrade e Maria Cristina Gobbi**, inaugura o dossiê ao propor uma leitura crítica sobre a transformação do espaço público mediado por tecnologias digitais. O texto examina como a comunicação política brasileira foi reconfigurada por dispositivos algorítmicos que privilegiam o engajamento emocional, a polarização moral e a lógica da desinformação. Em vez de compreender a propaganda eleitoral como instrumento de persuasão racional, o artigo revela a política como uma máquina de captura afetiva, sustentada pela performatividade e pela viralização. A análise evidencia que a radicalização não é efeito colateral das redes, mas resultado de uma racionalidade tecnopolítica que articula dados, emoções e identidades. Ao situar o Brasil como caso paradigmático da fusão entre populismo digital e desinformação

algorítmica, o estudo contribui para o debate sobre os limites da regulação estatal, a erosão das instituições deliberativas e a emergência de novas formas de soberania simbólica.

Na sequência, em “**Transformação Digital e Desigualdades Regionais: um estudo comparativo entre campanhas de pequenos municípios do Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil**”, Mariana de Paula Queiroz, Mariana de Sousa Dantas, Lana Vitória Leles Figueiredo e Joscimar Souza Silva examinam o impacto da digitalização nas campanhas de municípios de pequeno porte. A pesquisa, baseada em coleta semi-automatizada de dados do Instagram, demonstra que a presença digital está se tornando uma condição quase obrigatória da disputa eleitoral, mesmo em localidades com baixa infraestrutura tecnológica. Os autores observam, contudo, que o grau de profissionalização e o uso das ferramentas digitais variam fortemente entre as regiões, refletindo desigualdades históricas de desenvolvimento. O artigo propõe a noção de “transformação digital desigual”, destacando que o avanço tecnológico não elimina as assimetrias territoriais, mas as reconfigura. As redes sociais permitem visibilidade a novos atores, mas também concentram poder em quem domina as lógicas de impulsionamento e segmentação.

O terceiro artigo, intitulado “**Ideologia Não Mobiliza? Determinantes da Motivação para Votar nas Eleições Municipais de 2024**”, de Murilo Calafati Pradella, Victor Alberto Bueno Coelho, Julia Carbono e Cristiane Ribeiro Pires, aborda uma questão central à teoria do comportamento político: o que leva o cidadão brasileiro a participar de eleições locais em um contexto de descrença institucional? Com base em dados quantitativos do IPEC, o estudo analisa os determinantes da disposição autônoma para votar, construindo um indicador que combina vontade subjetiva e intenção de comparecimento caso o voto fosse facultativo. Os resultados revelam que apenas cerca de um terço do eleitorado demonstrou alta motivação, e que a principal variável explicativa foi a percepção da importância das eleições – e não a orientação ideológica. Essa constatação questiona o peso atribuído à polarização no debate público e aponta para uma crise de sentido da política municipal, onde o voto tende a ser determinado por vínculos instrumentais, desconfiança nas instituições e baixa identificação partidária. O artigo mostra que, mais do que apatia, há um desencaixe entre as motivações dos eleitores e as ofertas políticas disponíveis, sugerindo que a

revitalização da democracia local passa pela reconstrução do significado da representação.

A questão da representação é central em “**Comportamento Eleitoral e Sub-representação em Contexto Local: um estudo acerca das eleições municipais (2008 a 2020) em Uruçuca/Bahia**”, de **Emanuela Mendes Kruschewsky**, que examina o comportamento eleitoral em um município de pequeno porte, buscando compreender como as desigualdades estruturais se manifestam na esfera local. A partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral e de uma abordagem quantitativa, o estudo analisa as variáveis de gênero, raça e desempenho partidário nas eleições legislativas municipais. Os resultados revelam que, embora a presença feminina tenha aumentado discretamente ao longo do período, a sub-representação política de mulheres e pessoas negras persiste, sustentada por dinâmicas partidárias e culturais que privilegiam candidaturas masculinas. O trabalho contribui ao demonstrar que a reprodução das desigualdades no nível municipal não é mera consequência da ausência de candidatas, mas reflexo de estruturas institucionais e simbólicas que restringem a diversidade política.

O cenário eleitoral em pequenos municípios também é o foco em “**Eleições Municipais e a Baixa Representatividade Política: uma análise da disputa eleitoral de 2024 em Araucária**”. **Leonardo Macedo da Silva Marques** leva o leitor a um contexto micro, revelando como os padrões nacionais de exclusão se reproduzem na escala municipal. A análise combina dados do TSE, IBGE e TRE-PR para examinar o perfil das candidaturas e dos eleitos, destacando a ausência total de mulheres na Câmara Municipal e a predominância de homens brancos nas posições de poder. O estudo mostra que, mesmo em eleições competitivas, a diversidade formal das candidaturas não se converte em inclusão substantiva. A representatividade política, nesse contexto, é atravessada por barreiras estruturais de gênero, raça e classe, reforçadas por dinâmicas partidárias que concentram recursos em candidaturas tradicionais. O artigo propõe compreender o município como espelho das desigualdades nacionais, mas também como espaço estratégico para repensar os mecanismos institucionais de equidade política.

Já em “**Como Eleger Progressistas em Ambientes Conservadores? A comunicação como vetor de vitória nas eleições de 2024 no Paraná**”, **Afonso Ferreira**

Verner analisa campanhas vitoriosas de vereadores identificados com o campo progressista em contextos eleitorais marcados pelo conservadorismo. A partir de um estudo de caso descritivo, o artigo investiga as estratégias de comunicação digital utilizadas por quatro candidaturas bem-sucedidas em Curitiba e Ponta Grossa, destacando o papel das redes sociais e do marketing político na conquista do eleitorado. O argumento central sustenta que a vitória em ambientes hostis ideologicamente depende de uma comunicação assertiva, profissionalizada e voltada à construção de identificação simbólica com segmentos específicos do público. Ao articular teoria do marketing político e prática eleitoral, o estudo oferece contribuições relevantes para compreender como o campo progressista pode disputar sentidos e ampliar sua inserção no espaço digital.

Com um olhar voltado especificamente para a participação feminina nas eleições de 2024, o artigo “**Mulheres na Eleição Municipal de 2024: participação e perfil feminino nas prefeituras das capitais brasileiras**”, de **Giovanna dos Santos Chistoni Silva**, oferece uma leitura panorâmica da sub-representação feminina no executivo municipal. O estudo parte da constatação de que, embora as mulheres representem a maioria do eleitorado, continuam minoritárias entre as candidaturas às prefeituras — e ainda mais raras entre as eleitas. A pesquisa analisa as 191 candidaturas registradas nas capitais, das quais apenas 41 foram de mulheres, resultando em um quadro de continuidade da desigualdade política. As autoras discutem o impacto das cotas de gênero, a fragilidade dos mecanismos de financiamento e o peso das estruturas partidárias, que reproduzem práticas excludentes e dificultam o avanço das candidaturas femininas. O texto articula dimensões de gênero, raça e classe, mostrando que o espaço político continua reservado majoritariamente a mulheres brancas, cisgênero e de alta escolaridade. Ao mesmo tempo, o artigo ressalta a importância simbólica das candidaturas femininas nas capitais, pois, ainda que minoritárias, elas tensionam o monopólio masculino sobre o poder e desafiam as hierarquias institucionais que limitam o horizonte da paridade.

No oitavo artigo, “**A ‘profissional’ que propõe, mas não vence: uma análise da campanha eleitoral no HGPE de Adriana Accorsi (PT) à Prefeitura de Goiânia**”, **Josemari Poerschke Quevedo e Ellen Joay** examinam o caso da única mulher candidata à prefeitura de uma das capitais mais conservadoras do país. A partir da análise temática

do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o artigo investiga como Adriana Accorsi (PT) construiu sua imagem pública, priorizando uma postura propositiva e técnica, marcada pela racionalidade e pela contenção emocional. A tipologia da “profissional” é recuperada para demonstrar que, embora eficaz na apresentação de propostas, essa estratégia tende a esbarrar na estrutura simbólica de gênero que associa liderança política à virilidade. O texto mostra que, mesmo em um contexto de alto desempenho e boa avaliação popular, as candidaturas femininas ainda enfrentam barreiras discursivas que as obrigam a equilibrar credibilidade e empatia, competência e afeto, autoridade e simpatia. O caso de Goiânia ilustra como o avanço feminino na política municipal não depende apenas de condições eleitorais, mas de uma disputa cultural mais ampla sobre os significados de poder e representação.

Eleições em capitais também é destaque no artigo **“Das Inovações às Ocultações: identidade de gênero e orientação sexual nas eleições municipais de 2024 em Porto Alegre”**, de Danielly Jardim Milano, que analisa os dados inéditos divulgados pelo TSE sobre identidade de gênero e orientação sexual das candidaturas na capital do RS. Pela primeira vez, o Brasil coletou oficialmente essas informações, o que representa um avanço institucional importante. Contudo, o artigo mostra que essa inovação foi acompanhada de altos índices de omissão: muitos candidatos optaram por não informar ou não autorizar a divulgação de seus dados. O estudo argumenta que essa lacuna não é apenas estatística, mas política: a não declaração reflete a persistência do estigma e a força do conservadorismo partidário. Os resultados indicam que partidos de esquerda foram mais transparentes e inclusivos, enquanto os de direita concentraram as omissões, revelando um viés ideológico na produção da invisibilidade. O texto contribui para a reflexão sobre transparência, identidade e representação, evidenciando que a ampliação formal dos direitos nem sempre se traduz em reconhecimento público.

No décimo artigo, intitulado **“Negra Liberta da Senzala Ideológica’: raça, mídias sociais e política”**, Suzanne Mendonça propõe uma reflexão crítica sobre a interseção entre raça, gênero e comunicação política no contexto das eleições municipais de 2024. Por meio da Análise de Discurso, o artigo investiga as publicações no Instagram de Vanessa da Silva Oliveira (PL-RJ), conhecida como “Negona do Bolsonaro”, examinando as formações discursivas que sustentam sua performance pública. O estudo evidencia como a candidata mobiliza sua identidade racial e de gênero para legitimar um discurso

alinhado à extrema direita, ressignificando a pauta antirracista e contrapondo-se aos movimentos negros progressistas. O texto contribui para o debate sobre o populismo digital e o reposicionamento de sujeitos racializados na política contemporânea, mostrando como as redes sociais se tornaram arenas de disputa simbólica sobre o significado de ser mulher negra na esfera pública.

Na sequência, em “**Entre o Golpe e a Bala: violência contra as mulheres na política nos casos Dilma e Marielle e participação de mulheres nas eleições do Rio de Janeiro**”, Ariane Machado e Maria Eduarda Tencati da Costa discutem a violência política de gênero como obstáculo e, paradoxalmente, como gatilho de resistência. A partir dos casos emblemáticos de Dilma Rousseff e Marielle Franco, o artigo demonstra como a violência simbólica e física tem um efeito duplo: desestimula candidaturas femininas e, ao mesmo tempo, inspira novas trajetórias políticas de mulheres negras e periféricas. A análise dos dados eleitorais do Rio de Janeiro entre 2002 e 2024 mostra uma retração das candidaturas femininas após o impeachment de Dilma, seguida de crescimento expressivo em 2020, em especial entre mulheres negras identificadas com a trajetória de Marielle. O texto conclui que, mesmo diante de estruturas exclucentes, a presença dessas mulheres reconfigura os sentidos da democracia e afirma o poder político da memória e da resistência.

O dossiê é encerrado com “**A Judicialização das Eleições Municipais: a deliberação política na Justiça Eleitoral e os limites entre legalidade e política**”, de Vitor Luis Mattos Teodoro e Vitoria Dias Miguel Rocha Silva. O artigo discute a crescente interferência do Poder Judiciário nas disputas locais, analisando a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura nº 0600165-41.2024.6.26.0190. Com base na teoria da democracia deliberativa de Habermas, os autores argumentam que a judicialização, quando usada como estratégia de deslegitimação de adversários, compromete a soberania popular e fragiliza a confiança nas instituições. O texto propõe uma distinção entre o controle legítimo da legalidade e o uso instrumental do Judiciário para fins políticos, apontando a necessidade de preservar o espaço de deliberação pública e o princípio da igualdade entre os candidatos. A análise tensiona, ainda, o papel ambíguo da Justiça Eleitoral como guardião da democracia e, ao mesmo tempo, arena de disputas simbólicas e estratégicas.

Os trabalhos reunidos nesta edição reafirmam a importância das eleições municipais como laboratório da democracia brasileira. Nelas se condensam as contradições entre representação e desigualdade, inovação e exclusão, engajamento e apatia. Ao articular diferentes métodos e escalas de análise, os artigos aqui publicados contribuem para compreender o papel do local na política contemporânea e para repensar as fronteiras da representação democrática.

Agradecemos às autoras e aos autores pelas valiosas contribuições, às avaliadoras e avaliadores ad hoc pelo rigor e comprometimento intelectual, e à equipe editorial da *Revista Ziz* pelo trabalho coletivo que tornou possível esta edição.

Desejamos uma excelente leitura!